

Abamec defende conversão da dívida em ações sem copiar Chile nem México

SÃO PAULO — O Brasil tem condições de formular um projeto de conversão da dívida externa em ações, adotando um modelo misto, que evite o esquema liberal utilizado pelo Chile (que converteu US\$ 3 bilhões ou 10% do total de sua dívida), e as rigorosas exigências burocráticas que dificultaram o êxito do programa mexicano nesse campo.

Ao defender essa posição, o presidente da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais de São Paulo (Abamec-SP), Humberto Casagrande Neto, disse que a regulamentação da conversão não pode ser atrelada à renegociação da dívida externa, para evitar o aparecimento de variáveis "com conotação política nacionalista".

Para o presidente da Abamec-SP, isso não tem fundamento, porque os investidores interessados na conversão não querem assumir o controle da empresa, mas apenas obter retornos viáveis para as suas aplicações.

Base Monetária — A proposta da Abamec-SP, a ser encaminhada ao governo, sugere que a expansão da base monetária, com a conversão (algo entre US\$ 1 bilhão 500 milhões e dois US\$ 2 bilhões por ano), o que seria um fator de pressão inflacionária, pode ser neutralizada com uma gestão monetária eficiente, por parte do Banco Central, adotando-se, por exemplo, cortes de subsídios.

Outro ponto importante, de acordo com Casagrande, é a forma de apropriação de deságio, que ficaria condicionado à localização e à área de conversão. Assim, aplicações em regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, dariam ao investidor vantagens com um deságio menor.